

Evolução territorial de Carapicuíba: a habitação na periferia da metrópole paulistana (1970-2012)

Bruna Raspantini Pellegrino
brurpellegrino@gmail.com
Universidade Estadual de Campinas

Palavras-chave: Carapicuíba, periferização, habitação.

Introdução

164 Pretendemos contribuir para a compressão da atual situação habitacional do município de Carapicuíba. Para tanto, partiremos de uma breve periodização acerca de seus principais usos do território entre os séculos XVI e o XXI. A partir desta, subsidiaremos o enfoque principal deste estudo, que abrange os processos socioterritoriais correntes após a década de 1970. Período caro a análise proposta, em vistas da intensidade do processo urbano no lugar, e o papel que este assume em relação ao processo de periferização na Metrópole Paulistana.

A fim de tecer reflexões acerca dos principais usos do território¹ de Carapicuíba desde o século XVI, proporemos uma periodização, com base naquela proposta por Damiani apud Pinho, sobre as transformações nos arredores do núcleo paulistano. Damiani aponta para quatro usos principais, são eles: os aldeamentos jesuíticos, o cinturão caipira, os subúrbios e as periferias. Desta última vicissitude, que confere ao território a vocação de periferia da metrópole, partirá nossa principal abordagem quanto ao conteúdo e a forma da expansão urbana, aos agentes organizadores deste espaço e às dinâmicas socioterritoriais prevaletentes.

Apresentação dos resultados

¹ Por meio deste, Santos (2004) elucida que o espaço é criado pelo povo a partir da utilização do território, e este se torna espaço, pois é resultante da ação e do trabalho social, dinamizados em diferentes formas de ocupação e por diferentes estratégias políticas.

Atualmente o município de Carapicuíba² faz parte da Sub-região Oeste da Região Metropolitana de São Paulo³ (RMSP), apresenta uma área de 36 km² e uma população de 369.584 mil habitantes (IBGE, 2010). A gênese histórica deste território remonta aos núcleos jesuíticos fundados no século XVI no planalto paulistano, que sofreram alterações significativas somente no último quartel do século XIX. Nesta época, Petrone (1995) aponta para a formação do cinturão caipira entorno a cidade de São Paulo. Esta, voltada ao desenvolvimento urbano-industrial, passara a demandar bens primários dos campos arredores, funcionalizando-os ao seu dispor, como é o caso de Carapicuíba e a produção de areia. Somente, após as primeiras décadas do século XX, com a contínua expansão do meio técnico, o território carapicuibano é acrescido de elementos urbanos, como fábricas e vilas operárias⁴.

Todavia, é somente a partir década de 1950, quando a expansão urbana engendrara um processo de metropolização intenso, que Carapicuíba sofre transformações urbanas mais significativas. No período, a polarização do desenvolvimento econômico nacional e da oferta de empregos na cidade São Paulo, produz intensos fluxos migratórios em direção à RMSP. Importante ressaltar, que nesse contexto, a remuneração da força de trabalho, tanto industrial quanto de serviços, não correspondia com sua reprodução no componente habitacional (Bonduki, 1979). A reprodução deste, de acordo com Meyer (2004), sofria as consequências da especulação intensa e extensa do solo ajustadas às exigências do mercado imobiliário.

No período, no que tange a questão habitacional, tanto pela ausência de políticas de contenção da especulação, quanto pelos mecanismos de provisão pública de habitação, o Estado se posiciona compactuando com a urbanização corporativa⁵. Nessa via, destaca-se a promoção de conjuntos habitacionais públicos, em lugares carentes de infraestrutura urbana básica e distantes da malha urbana principal, os quais contribuíam

²O município de Carapicuíba foi emancipado de Barueri em 1961 pela Lei Estadual nº 8092.

³De acordo com Meyer (2004) o município de Carapicuíba está inserido na Região Metropolitana de São Paulo desde que essa foi institucionalizada por meio da Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973.

⁴Pinho (2011) assevera que o período ainda não revela uma relação propriamente suburbana de Carapicuíba com São Paulo, fenômeno este, que de acordo com Geiger (1963) e Langenbuch (1971), só pode ser observado partir década de 1940 e 1950.

⁵A partir de Santos (2008b) urbanização corporativa é aquela empreendida segundo interesses de comando das grandes firmas, onde o investimento econômico hegemônico é privilegiado em detrimento dos gastos sociais

tanto para periferização da população, quanto para a manutenção de grandes vazios especulativos na metrópole.

Neste contexto, em 1972, a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB), constrói em Carapicuíba o conjunto Castelo Branco (PLHIS, 2011). O empreendimento além de periferizar seus novos moradores, antes residentes no município de São Paulo, não foi capaz de suprir a demanda criada no lugar, em parte influenciada pelo mesmo. Esta década sendo coetânea de um abrupto crescimento populacional no município, com acréscimo de mais de 160 mil habitantes⁶, nos dá idéia dos problemas que essa urbanização corporativa acarretou para a situação habitacional do lugar.

Embora a urbanização incipiente e precária de Carapicuíba já envolvesse a formação de loteamentos clandestinos desde a década de 1950, as décadas de 1970 e 1980 são emblemáticas, pois, de acordo com a Secretaria de Habitação e de Desenvolvimento Urbano de Carapicuíba (SDHU) a maioria dos bairros é formada no período e surte deste tipo de empreendimento do mercado imobiliário informal. Contudo, ao longo das décadas seguintes a formação das “áreas livres”⁷ também se tornara representativa para consolidação do sistema habitacional do lugar.

166

Destacamos aqui, dois bairros de Carapicuíba oriundos de loteamentos clandestinos, estudados em campo, e que podem fornecer subsídios para a compreensão da situação habitacional do lugar: a Vila Helena, que se situa na porção sudeste do município, formada a partir da década de 1970; e o Jardim Angélica, na porção oeste, formado a partir da década de 1980.

De acordo com os moradores, ambos os loteamentos foram executados em áreas totalmente desprovidas de infraestruturas. A forma improvisada e precária para o abastecimento de água e de energia elétrica perdurou nestes, até que as reivindicações

⁶No período, o município apresenta uma taxa geométrica de crescimento anual correspondente 26,50% (Meyer, 2004), a maior de toda a RMSP, e sua população passa de 17.590 para 184.591. Na década de 1980, o adensamento populacional ainda é intenso e corresponde a um acréscimo de 99.070 habitantes.

⁷A expressão “área livre” é de uso local e se refere às áreas de ocupação informal, usualmente denominadas de favelas.

locais vieram a calhar com estratégias políticas eleitoreiras⁸. Não obstante, verifiquemos a interação dos moradores com outros agentes, a base da ação parece ser a cooperação que se faz no lugar em busca de interesses comuns. Nessa via, enfatiza Santos (2004, p.288), que *“os lugares também se podem refortalecer horizontalmente, reconstruindo, a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo”*.

A forma de consolidação desses empreendimentos é flagrante de sua clandestinidade, uma vez que não apresentou os mínimos padrões normativos, estes que gerariam maior onerosidade ao processo, e contrariariam os lucros extraordinários dos empreendedores⁹ (Bonduki, 1979). A clandestinidade destes também demonstra-se em relação a posse da terra, já que os moradores desses bairros, bem como de muitos outros de Carapicuíba, que completaram o pagamento de seus lotes, apresentam dificuldade em obter a escritura de sua propriedade. A fala de uma moradora que habita o Jd. Angélica há 30 anos, revela esta problemática, *“Nem eu que acabei de pagar não soube garantir nada. Documento que tem é contrato de compra e venda, e papel que quitou tudo, mas na verdade eu acho que tudo isso ai era falso, tenho a impressão”*.

167

Considerações finais

Pudemos observar que a urbanização do lugar deflagra grandes problemas atuais ao município, que envolvem tanto as irregularidades fundiárias quanto a precarização do modo de vida. Quanto a esta é possível afirmar, que se mantém como traço dominante, sobretudo nas “áreas livres”, e as benfeitorias estruturais existentes são de origem recente, ausentes em muitas áreas, residualmente alocadas pelo estado, majoritariamente custeadas pelos próprios moradores. Em Carapicuíba, o problema

⁸Podemos elucidar este fato através da fala de uma moradora, “A luz foi na época da política na época da eleição, foi um vereador que colocou, trazendo a Eletropaulo aqui e através da coleta de assinaturas, antes nos primeiros cinco anos era tudo gato” (improvisado na aquisição de energia elétrica de modo clandestino). A moradora alega que os políticos só executam melhorias em troca de votos, “Quando começa chegar o tempo de eleição ai começa a aparecer, sabe?”.

⁹ De acordo com Bonduki (1979) a regularização normativa para aprovação de um loteamento pode prever ordenações como, concessão de espaço ao poder público para recreio, abertura de ruas, tamanho mínimo de lotes, declividade limite etc, todavia as prescrições variem com o rigor municipal.

habitacional continua evidente diante de um déficit habitacional municipal, que no ano de 2000 totalizou 6.714 unidades residenciais (Bogus, 2009).

Referências bibliográficas

- BOGUS, Lúcia Maria Machado e PASTERNAK, Suzana. *Como Anda São Paulo*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.
- BONDUKI, Nabil e ROLNIK, Raquel. *Periferias: Ocupação do Espaço e Reprodução da Força de Trabalho*, FAUUSP, 1979.
- GEIGER, Pedro Pinchas. *A Evolução da Rede Urbana Brasileira*. Rio de Janeiro: INEP, 1963.
- LANGENBUCH. Juergen Richard. *A Estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.
- MEYER, Regina e GROSTEIN, Marta e BIDERMAN, Ciro. *São Paulo Metrópole*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- PETRONE, Pasquale, *Aldeamentos Paulistas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- PINHO, Rinaldo Gomes. *Crise do trabalho e abordagem centro-periferia na metropolização de São Paulo*, 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) Município de Carapicuíba/SP Diagnóstico da Situação Habitacional, outubro de 2011.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo-SP: Hucitec, 2004.
- SANTOS, Milton. *Urbanização Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.